

ESTUDO DE CASO:

Recuperação das *tapes* magnéticas do Gabinete da Área de Sines ■



O Gabinete da Área de Sines foi criado por Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de junho, tendo como objetivos principais a implementação na área de Sines, de uma zona de implantação concentrada de indústrias de base de construção de infraestruturas portuárias, de transporte e urbanas e da constituição de um organismo encarregado de levar a cabo o conjunto de trabalhos requeridos pelo estudo, projeto e financiamento, realização e gestão do complexo industrial e urbano a instalar.

Mais tarde e com base nas alterações do modelo de desenvolvimento económico do país verificadas desde a criação do GAS, o Conselho de Ministros,

pela Resolução n.º 34/85 de 10 de julho, autoriza o Gabinete a propor iniciativas e a promover ações necessárias à transferência do seu património, funções e pessoal

para sedes organicamente mais adequadas, tendo como objetivo a evolução das suas estruturas atuais para as áreas de planeamento, coordenação do desenvolvimento e promoção do investimento. No entanto esta descentralização funcional não levou a cabo os seus objetivos e por Resolução do Conselho de Ministros, o Governo determina a extinção do GAS, nomeando ao mesmo tempo um novo Conselho de Gestão com a incumbência da reafectação de funções, pessoal e valores patrimoniais pelos organismos da Administração Central e Local,

vocacionados para o efeito; inspecionar a gestão e a situação económica do organismo e preparar todos os instrumentos jurídicos conducentes à referida extinção.

A extinção do Gabinete da Área de Sines efectivou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 228/89 de 17 de julho e pelo Despacho A-17/90-XI, de 24 de janeiro de 1991, o GAS entrou em fase de liquidação. Por Portaria n.º 504/2002 de 30 de abril fica a Direção-Geral do Tesouro incumbida de tratar da transição das situações jurídicas remanescentes da liquidação do GAS e fica como fiel depositária do seu acervo documental.

O núcleo documental produzido pelo GAS foi incorporado a 17 de março de 2008, no Arquivo Distrital de Setúbal, arquivo dependente da Direção-Geral de Arquivos.

A documentação do GAS é extraordinariamente relevante pois contém informação essencial sobre o contexto económico, social e tecnológico português na segunda metade do século XX.

A documentação incorporada inclui um conjunto de 118 *tapes* magnéticas sobre as quais pouca informação existe a não ser a que vem inscrita nos respetivos conteúdos que referem tratar-se do *backup* geral. Trata-se de informação de natureza eletrónica presumivelmente contendo dados provenientes dos sistemas informáticos que eram utilizados pelo GAS. A pouca informação recuperada a partir da documentação analógica permite identificar o sistema Zylon que utilizava bandas magnéticas IBM. Este sistema com características de *mainframe*, encontra-se completamente obsoleto, o que torna especialmente problemática a recuperação dos dados contidos nas *tapes*. Ignoramos todavia que tipo de formatos e qual o significado e estrutura da informação contidas nestes suportes.

Considerando a sua atuação estratégica no âmbito da preservação digital, a DGARQ iniciou um processo inédito em Portugal com o propósito de tentar recuperar os dados contidos nos referidos suportes. Este processo é composto pelos seguintes passos:

A leitura prévia das bandas magnéticas para que tal seja alcançado é necessário encontrar dispositivos capazes de processar o formato das *tapes*. Trata-se de um processo de difícil resolução pois já não existem os dispositivos adequados à leitura destes formatos de suporte. A leitura, a ser bem sucedida, permitirá avaliar fisicamente o estado das *tapes*. No caso de se verificar deterioração ao nível estrutural esta pode comprometer definitivamente a recuperação da informação. Caso este primeiro passo seja bem sucedido, a tarefa seguinte será: **A recuperação lógica dos dados** trata-se basicamente de identificar o tipo de dados existente (numérico, textual) e a sua agregação, transpondo-os para um suporte atual.

Seguidamente haverá que proceder à: **Identificação dos formatos nativos** em que se encontram os dados originais, quase certamente obsoletos, e tentar convertê-los para formatos atualizados, preferencialmente compatíveis com a preservação dos mesmos. Este processo implica ainda uma forte componente informática pois caso a DGARQ não disponha dos conversores adequados, ou estes não existam no mercado ou tenham sido desenvolvidos no âmbito de outros projetos internacionais (por exemplo o PLANETS), será necessário desenvolvê-los.

Finalmente e assumindo que todos os passos anteriores sejam bem sucedidos, será necessário: **Interpretar semanticamente os dados**, ou seja, tentar perceber e

contextualizar os dados recuperados no contexto funcional em que foram produzidos.

Com efeito a informação é lançada num suporte digital de forma diferente que é gravada analogicamente. Muitas vezes a informação registada é desprovida de contexto ou de metainformação explicativa pelo que não raras vezes assume a forma de séries numéricas sem qualquer expressão semântica explicativa.

A DGARQ possui experiência a este nível pois procedeu, com sucesso, à recuperação semântica dos metadados relativos ao núcleo documental da **Alta Autoridade Contra a Corrupção**, fundo este que se encontra presentemente em fase de ingestão no RODA (Repositório de Objetos Digitais Autênticos) embora apenas venha a estar disponível publicamente a partir de 2013.

Dada a elevada especificidade técnica informática implicada no processo de recuperação de dados, a DGARQ recorrerá aos serviços de uma empresa especializada – Data Recover Center que irá tentar proceder à leitura dos suportes e recuperação física dos mesmos.

Trata-se de um estudo de caso inédito em Portugal e com o qual a DGARQ pretende adquirir a prática e os conhecimentos necessários para vir num futuro próximo, a tratar de casos idênticos, pois constata-se que na Administração Pública existem inúmeros casos similares em que informação inativa reside em suportes desatualizados e ilegíveis. Assim, a experiência adquirida neste domínio a nível nacional permitirá reduzir a perda de dados fulcrais para a compreensão da história portuguesa desde o último quartel do século XX até ao presente.

Francisco Barbedo
SUB-DIRETOR DA DGARQ

Bragança ■

TEIMA-SE EM RETER NA MEMÓRIA, a velha imagem de que os arquivos são espaços de depósito onde se acumulam documentos, e onde o passado evoca a sua mera tendência historicista.

A actual sociedade da informação, exige por parte dos Arquivos Distritais, uma nova postura quer em contexto profissional, quer em novas e dinâmicas estratégias a implementar junto da comunidade em que se insere.

Os arquivos são hoje naturalmente interventivos e dinâmicos junto da comunidade. São por isso instituições fundamentais, como impulsionadoras no domínio cultural, social e humano. Requer por isso, e da nossa parte, uma nova atitude, que na prática, se movimente em novos desafios, evidenciados através de novas estratégias ao nível da gestão, da preservação e, sobretudo na forma de comunicabilidade do nosso património arquivístico.

O Arquivo Distrital de Bragança é um espaço de memória, que reflecte e transpira a sua própria identidade histórica e cultural. O edifício remete-nos para uma viagem no tempo. O espaço onde se insere, o Convento de S. Francisco devolve-nos a sua temporalidade. Esta permanece intacta e, a essência da sua arquitectura, manifesta-se como monumento a visitar e percorrer obrigatoriamente na região transmontana.

O seu acervo é diversificado, de grande importância e, de uma riqueza incalculável. A informação devidamente preservada, tratada e disponível para consulta on-line ou presencialmente, foi produzida pelas mais variadas entidades públicas e privadas do distrito de Bragança.



Panorâmica exterior do Arquivo



Sala de leitura

O seu período temporal situa-se entre os sécs. X e XXI. Cremos na importância das novas ferramentas tecnológicas e como a partir destas, o Tempo outrora gigante, nos aproxima no quase exacto momento de um pensamento. Esta é a nova forma de tentarmos que a informação disponibilizada chegue ao nosso utente em qualquer parte do mundo. Observe-nos, consulte-nos em: www.adbgc.dgarq.gov.pt.

O Arquivo tem como intenção a satisfação das necessidades de cada

utente, disponibilizando, via *Web*, um leque de serviços variados. Pode por exemplo consultar o acervo custodiado por este Arquivo, acessível, *on-line*, através do seguinte link <http://digitalq.adbgc.dgarq.gov.pt>

Esperamos que nos acompanhe, partilhando críticas e sugestões com vista a um enriquecimento comunicacional comum.

Alda Luísa Canêdo Berenguel

DIRETORA DO ARQUIVO DISTRITAL
DE BRAGANÇA

Pela República – O exemplo de Sangreman Henriques ■

A REVOLUÇÃO REPUBLICANA de Outubro de 1910 teve os seus protagonistas maiores ou menores, desde os malogrados responsáveis pela insurreição, Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, prematuramente mortos e logo transformados em mártires do novo regime, consagrados em funerais nacionais que impressionaram os jornalistas estrangeiros presentes em Lisboa. Herói, desde logo, foi Machado Santos, em cujos ombros recaiu a responsabilidade de chefiar as forças dispersas que se concentraram na Rotunda e cuja persistência conduziu os republicanos à vitória. Por entre as deserções e as hesitações, justificadas depois das mais diversas formas, destacaram-se igualmente outros que assumiram papéis secundários mas decisivos no comando de grupos com missões específicas, dentro e fora do campo entrincheirado. Machado Santos não poupou elogios ao grupo de sargentos que ali tiveram um papel determinante, mas outros sargentos houve que deixaram o seu nome ligado à Revolução Republicana. Um deles foi o sargento-ajudante do Regimento de Artilharia n.º 1 Artur Celestino Sangreman Henriques. Como se sabe, aquele Regimento e o Regimento de Infantaria n.º 16 foram as únicas unidades do exército que aderiram ao movimento revolucionário – eram ambas duvidosas – tendo-se destacado aquele militar na defesa do seu quartel, com uma força de vinte civis e de vinte militares. O diário *O Mundo* publicou uma entrevista com ele, no seu número de 13 de Outubro de 1910, intitulada «Como foi defendido o quartel de Artilharia 1», que também surge no Almanaque para 1911 do mesmo jornal.

Machado Santos, em ofício datado de 4 de Outubro, mas escrito no dia seguinte, como se comprova pelo seu conteúdo, propôs a promoção de diversos militares que participaram na Revolução, um dos quais era Sangreman Henriques, que ascendeu a tenente a 22 de Outubro de 1910. Para além dessas promoções, que envolveram numerosos militares do Exército e da Armada, foram propostas e aprovadas pela Assembleia Constituinte outras formas de reconhecimento pela acção desenvolvida durante a Revolução, sob a forma de condecorações e de pensões pecuniárias anuais, de montante diverso consoante os postos. Desse modo, o deputado Inocêncio Camacho – que será Governador do Banco de Portugal durante um largo período, desde 2 de Abril de 1911 até 30 de Junho de 1936 – apresentou um projecto de lei para a concessão a todos os sargentos revolucionários que tinham sido promovidos a oficiais de uma pensão no montante de 300 000 réis anuais.

Sangreman Henriques, ao tempo tenente da Guarda Nacional Republicana, recusou tal pensão em nome da difícil situação económica nacional. Este acto singular, contrastou com uma tradição na nossa vida política que remontava ao Liberalismo, em que, normalmente, os vencedores não ficavam satisfeitos com o dever cumprido e com o facto de terem lutado por um ideal, procurando depois obter ganhos, políticos, económicos ou de influência, com o regime que ajudaram a implantar. O gesto encontrou eco na opinião pública, não obstante ataques anteriormente desferidos por Machado Santos contra o militar em causa. Um grupo numeroso de republica-

nos, com destaque para um nutrido conjunto de militares da GNR, decidiu manifestar a sua solidariedade e admiração a Sangreman Henriques, através de um documento subscrito por dezenas de «republicanos sinceros», apontando o seu exemplo: «sacrificastes o vosso bem-estar, ao verdadeiro amor que tendes à vossa Pátria e à Humanidade! Oxalá todos pensassem como vós!».

É esse documento, acondicionado numa pasta vermelha com os dizeres «Salvé Sangreman Henriques» e datado de 6 de Agosto de 1911, que uma neta sua, D. Maria Conceição Silva doou à Torre do Tombo, onde está exposto desde o dia 17 de Junho.

Mas o sargento revolucionário, agora oficial da República, continuou a perfilhar os ideais democráticos que o levaram a tudo arriscar em Outubro de 1910. Embora reformado em 1920, não ficou indiferente ao rumo que o país empreendeu depois da revolta militar de 28 de Maio de 1926 e da instauração da ditadura. Participou activamente, como tantos republicanos, de várias orientações, militares e civis, na revolta de Fevereiro de 1927 tendente a restaurar a ordem constitucional, e que teve primeiro o Porto e depois Lisboa como palcos. Artur Sangreman Henriques conseguiu escapar à prisão, pelo que foi considerado desertor e abatido ao quadro do exército, seguindo para o exílio em França onde permaneceu durante alguns anos. Regressou a Portugal mais tarde, vindo a morrer em 1946.

Neste ano em que se comemora o centenário da proclamação da República, há que evocar estas figuras olvidadas e de quem a História não fala.

António Ventura

Serviço de Documentação da Força Aérea ■

O SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO da Força Aérea (SDFA), órgão criado na dependência do Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (VCE-MFA), tem por missão *assegurar um sistema de documentação na Força Aérea*, sendo suas competências recolher, tratar e arquivar ou difundir documentação e informação científica, administrativa e legislativa que interesse à missão da Força Aérea, e ainda aquela de reconhecido valor histórico, sobre este Ramo das Forças Armadas.

Integram o SDFA os seguintes departamentos:

- **Arquivo Central e Microfilmagem**, ao qual compete receber, tratar e controlar o arquivo inactivo da Força Aérea e apoiar por meio de microfilmagem ou digitalização as actividades de conservação arquivística.

- **Centro de Documentação**, ao qual compete coordenar e apoiar o Sistema Unificado de Publicações, estabelecendo e coordenando a aplicação das regras de tratamento documental às publicações internas – Regulamentos, Manuais, etc.- e ainda adquirindo e gerindo publicações destinadas à Biblioteca Central da Força Aérea.

- **Centro de Audiovisuais**, que tem por missão executar a cobertura audiovisual das actividades da Força Aérea, produzindo, armazenando e distribuindo filmes, vídeos, fotografias e conteúdos gráficos ou outras formas de apresentação audiovisual, necessárias à concepção e divulgação da imagem institucional da Força Aérea, e ao registo histórico de eventos.

- **Arquivo Histórico**, que tem por missão recolher, organizar, descrever, conservar e divulgar os documentos que detêm interesse histórico e cultural aeronáutico.

Como se apercebe desta estrutura, agregou-se num mesmo todo orgânico a produção/difusão de documentação, a sua preservação nos termos legais, a captação e tratamento da imagem, seja para uso imediato (caso de actividades de instrução) seja para memória futura (registo histórico de eventos), e por fim a recolha e preservação de documentação de reconhecido valor histórico e cultural.

Conquanto jovem enquanto Ramo independente das Forças Armadas – comemora neste ano o 58º aniversário – a Força Aérea é já detentora de um valioso acervo histórico documental, que poderemos traduzir em números que dão conta dessa realidade. Assim:

- Cerca de 5 km de documentos, na sua grande maioria (99%) em suporte papel, e ainda microfilmes, cassetes áudio, CD-ROM, cassetes vídeo.
- Mais de 100.000 fotos, muitas delas em chapa de vidro e película, sobre aeronaves, actividades aeronáuticas, cerimónias e instalações militares.
- Mais de 2.500 monografias, 3.000 cartas geográficas e 5.000 publicações periódicas.
- Manuscritos e outros documentos diversos, resultantes de espólios doados por aviadores ilustres já falecidos e seus familiares.

A actividade de investigação sobre temas aeronáuticos é apoiada, acarinhada e incentivada pela Força Aérea, que tem vindo a conceder autorizações pontuais para acesso ao acervo documental do Arquivo Histórico, dado que este não se encontra aberto ao público. Este apoio tem-se materializado em diversos livros e teses de mestrado e doutoramento elabora-



das com consulta da documentação existente. Também como resultado de estudos e investigações ali produzidos, foi efectuado o lançamento de três obras sob a chancela da Força Aérea/Arquivo Histórico:

- *Igreja de Nossa Senhora do Rosário, templo da Força Aérea Portuguesa* (2006)
- *Nossa Senhora do Ar, padroeira da Força Aérea Portuguesa* (2008)
- *Granja do Marquês, berço da Aeronáutica Militar* (2009)

A documentação na Força Aérea prossegue um paulatino mas irreversível caminho para a total informatização, não obstante os constrangimentos técnicos e humanos existentes. Por exemplo, apenas cerca de 40% do acervo documental do Arquivo Histórico se encontra devidamente catalogado, e apenas 30% do espólio fotográfico está digitalizado, conquanto existam planos para incrementar a utilização dos sistemas informáticos, no intuito da integral salvaguarda da documentação.

ARQUIVO HISTÓRICO DA FORÇA AÉREA

A República e a política de informação para os arquivos ■

A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO arquivística concebida e implementada durante a Primeira República, em Portugal, foi, essencialmente, veiculada através do organismo estatal que tutelava o sector das bibliotecas e dos arquivos – a Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos –, criado pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887, com incumbência «da direcção e administração, ou da fiscalização superior, dos arquivos e das bibliothecas pertencentes ao estado e ás corporações e instituições sujeitas á superintendência do estado ou por elle subsidiadas».

Este diploma legislativo enquadrado, do ponto de vista político, aquilo a que hoje poderíamos chamar os serviços públicos de informação/documentação e estabeleceu as bases de um sistema que se manteve, nos seus fundamentos e nas suas linhas essenciais, praticamente inalterado até meados dos anos oitenta do século xx, altura em que as bibliotecas e os arquivos deixaram de estar dependentes do Ministério da Educação para passarem a ser tutelados pela Secretaria de Estado da Cultura.

Até à implantação do regime republicano, a Inspeção teve um papel particularmente importante na preparação de diplomas legislativos, destinados a regular o funcionamento dos organismos que tutelava, e empreendeu uma série de acções voltadas para a salvaguarda da documentação histórica. As incorporações foram a grande prioridade tendo os aspectos mais técnicos sido objecto de pouca atenção.

O incremento da acção verificou-se logo após a instauração do novo

regime. A aposta política na área da instrução produziu, de imediato, alterações ao quadro legal em que a Inspeção se inseria e, em 18 de Março de 1911, é aprovada a reorganização dos «serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes, dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial». Embora tivessem sido promulgadas medidas importantes no que respeita às bibliotecas «eruditas» e fosse programada a criação generalizada de bibliotecas populares e móveis, em matéria de arquivos o diploma é consideravelmente lacónico. Apenas três artigos estipulam disposições genéricas, a saber:

«Art. 23.º Os Archivos são destinados á conservação e valorização dos manuscritos, considerados como elemento util e precioso para o estudo da historia.

Art. 24.º O Archivo da Torre do Tombo será denominado Archivo Nacional.

Art. 25.º O Governo designará o edificio destinado a servir de Archivo para os documentos actualmente dispersos pelas diversas Secretarias de Estado»¹.

O papel da Inspeção como organismo de tutela das bibliotecas e dos arquivos era valorizado ao nível político, cabendo a Júlio Dantas, nomeado em Maio de 1912 para o cargo de Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, a responsabilidade máxima das acções empreendidas.

Com a criação do Ministério da Instrução Pública, em 1913, a visão republicana para o sector bibliotecónico e arquivístico traduziu-se, de forma muito expressiva, em estudos, produção de textos e promulgação de leis com vista à afirmação de uma área considerada estratégica para o regime político em vigor, aspectos a que não é alheio o facto de António Ferrão desempenhar funções no quadro orgânico do novo ministério. Mas a acção política, administrativa e de gestão, essa coube, essencialmente, à Inspeção e foi protagonizada pelo seu chefe máximo. Desde que entrou em funções, Júlio Dantas seguiu as orientações que já vinham de trás, tendo como preocupação central a incorporação dos acervos de interesse histórico no arquivo e na biblioteca nacionais. Seguiu-as, aliás, com forte convicção e determinação, que se podem perceber a partir de uma série de diplomas legislativos que fez promulgar, conseguindo assim instrumentos passíveis de pôr em prática de forma mais eficaz a perspectiva incorporacionista. Fruto desta visão custodial e concentracionista são os diplomas que regulam as incorporações, nos serviços do Estado, dos acervos dos cartórios notariais, dos processos judiciais já tramitados, dos registos paroquiais e dos arquivos das corporações religiosas extintas. O volume de documentação «nacionalizado» foi de tal ordem que determinou a criação de «arquivos satélites» da Torre do Tombo; o Arquivo dos Feitos Findos (1915), o Arquivo dos Registos Paroquiais (1916) e o Arquivo das Congregações (1917). Além disso, a

¹ Apesar desta declaração de intenções, a questão dos arquivos das Secretarias de Estado arrastou-se durante décadas e só teve uma solução adequada após a construção do actual edificio do Arquivo da Torre do Tombo (1990).



Posse do subinspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. [Identificados no álbum:]

1. Afonso Dornelas;
2. visconde de São Bartolomeu de Messines;
3. dr. Leonel de Macedo;
4. Augusto Botelho da Costa Veiga (tenente-coronel);
5. dr. António Ferrão;
6. dr. Júlio Dantas;
7. dr. António Simões Barão;
8. Gualdino Gomes;
9. Ferreira de Almeida;
10. Ernesto Enes; 11. Fernando Enes;
12. dr. Emílio Salgueiro;
13. dr. Ataíde de Melo.

1929-02-23

PT/TT/EPJS/SF/001-001/0013/0216D

incapacidade material de concentração de todos os acervos em Lisboa e as reacções que se fizeram sentir contra a transferência da documentação para a capital (ficou célebre o caso da Diocese e do Cabido da Sé de Braga, que tendo resistido à transferência da documentação para a Torre do Tombo, acabaram por conseguir a sua permanência na cidade) levaram a uma mudança de atitude em prol da descentralização, que desembocou na criação dos arquivos distritais, a partir de 1916.

Medida de descentralização foi também a promulgação dos diplomas que conferiram autonomia administrativa à Biblioteca e ao Arquivo nacionais, já no quadro de uma nova reforma do sector, aprovada no período sidonista, pelo Decreto de 8 de Maio de 1918. No caso da Biblioteca Nacional, a autonomia administrativa funcionou como alavanca para pôr em marcha uma dinâmica notável, em sintonia com os desenvolvimentos técnicos a nível internacional, e que ficou a dever-se, sobretudo, ao Chefe dos Serviços Técnicos, Raul Proença, com o apoio incondicional do prestigiado director, Jaime Cortesão. Mas, em contraste com

o dinamismo que se fazia sentir na Biblioteca Nacional, a autonomia administrativa concedida ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo não teve efeitos significativos, nem sequer do ponto de vista técnico. O último instrumento de acesso à informação publicado, havia surgido em 1905 pela mão de Pedro de Azevedo e António Baião e, daí em diante, não houve esforços visíveis no sentido da disponibilização das volumosas «massas documentais» que não cessavam de ser incorporadas no arquivo. A situação do Arquivo Nacional era alvo de críticas contundentes, nomeadamente na imprensa periódica. E, quando é editado, em 1922, o *Roteiro prático*, de António Mesquita de Figueiredo, o autor reconhece o «estado de torpor» em que se encontravam os serviços do Arquivo e denuncia as «várias reclamações e protestos dos estudiosos contra a sua deficiente organização, logo esquecidos e abafados pela indiferença nacional, que neste assunto, como de resto em muitos outros, atinge um aspecto desolado da mais baixa decadência». Por outro lado, a projectada rede de arquivos distritais não tivera concretização e achava-se reduzida à cria-

ção dos de Leiria, Bragança, Évora e Braga e do de Coimbra, integrado no arquivo da Universidade.

A política republicana tendente a valorizar os arquivos e as bibliotecas como veículos para a promoção da instrução do povo foi expressa de forma bastante exemplar no elevado número de diplomas legislativos produzidos entre 1911 e 1926. Mas da letra à acção houve uma distância imensa e, se exceptuamos o caso da Biblioteca Nacional, sob a liderança de Raul Proença, temos de admitir que o projecto republicano apenas foi cumprido no tocante à nacionalização das fontes históricas, tão gratas à ideologia liberal. A concentração, nas mãos do Estado, de tão volumosas quantidades de documentos exigia recursos e capacidade técnica para as organizar e disponibilizar ao público, requisitos que o sistema não foi capaz de assegurar, essencialmente por falta de meios financeiros e humanos, ficando, portanto, por implementar uma verdadeira política de acesso à informação.

Fernanda Ribeiro

PROFESSORA ASSOCIADA / UNIVERSIDADE DO PORTO, FACULDADE DE LETRAS / CETAC.MEDIA

Conferências e Reuniões Internacionais ■

REALIZOU-SE EM MADRID, DE 18 A 19 DE MAIO, a 21.ª Conferência do EBNA – European Board National Archives e a 8.ª Reunião do EAG – European Archives Group.

Portugal esteve representado através do Director-Geral da DGARQ, Silvestre Lacerda.

O programa do EBNA compunha-se de duas temáticas distintas, a 1.ª dedicada à *Memória Histórica* e a 2.ª dedicada à *Cooperação Arquivística entre os Estados membros da União e Estados fora da União Europeia*.

Na 1.ª sessão foram apresentadas duas comunicações, focando *A Experiência Espanhola: dos «Arquivos da Guerra Civil»* ao «*Centro de Documentação da Memória Histórica*», proferida por Maria José Tourrion e a *Experiência Alemã*, por Henning Pahl.

Na 2.ª Sessão foram apresentadas três comunicações:

- A Cooperação Arquivística de Espanha e Portugal com os Países da Ibero-América, por Luís Euseñat;
- A Cooperação Arquivística de Portugal e Espanha com os Países Africanos e Asiáticos, por Silvestre Lacerda;
- Migrações e Arquivos – Um estudo de caso, por Cristina Diaz.

A reunião do EAG, versou questões relacionadas com o mandato deste grupo no âmbito da Comissão Europeia e a análise dos temas prioritários de cooperação em matéria de arquivos:

- a) Preservação de desastres naturais

- b) Reforço da cooperação interdisciplinar no âmbito dos arquivos electrónicos, DLM Forum e MoReq2

- c) Estabelecimento de um Portal Europeu de Arquivos, APENet.

No decorrer da reunião foram ainda analisados os principais tópicos para os novos desafios:

- a) Reutilização da informação no sector público;
- b) O acesso e disponibilização de informação *onsite e online*.
- c) A gestão electrónica de Arquivos e os desafios que se colocam aos respectivos profissionais.

No encerramento dos trabalhos foi dirigido por Karel Vella, Director do Arquivo Nacional da Bélgica, um convite, para a próxima Reunião EBNA que se realizará a 18 e 19 de Novembro, em Bruxelas, com os seguintes temas em agenda:

- Aquisição e acesso ao público de arquivos de empresas;
- Fontes cartográficas;
- Acesso ao público e valorização dos arquivos relativos à Primeira Guerra Mundial;
- Arquivos e educação para a memória;
- Voluntários e profissionais nos serviços de arquivo.

Foi também lembrada a próxima CITRA 2010, em Oslo, na Noruega, de 11 a 18 de Setembro, sob a temática *Confiança e acesso, os desafios da gestão de arquivos na era informática*. ◇

Protocolos de Cooperação ■

NO ÂMBITO DA DINAMIZAÇÃO da cooperação Arquivística Internacional foram assinados dois importantes protocolos, a saber:

- A 2 de Junho de 2010, em Marraquexe, no decorrer da XI Cimeira Luso-Marroquina, entre o Ministério da Cultura de Portugal e o Ministério da Cultura do Reino de Marrocos, destinado a estabelecer uma cooperação mútua no domínio do Património Documental Comum, e no intercâmbio de peritos, com vista a beneficiar reciprocamente da tecnologia electrónica, aplicável aos seus

fundos documentais e à troca de experiências em matéria de restauro.

Registe-se que, este é o segundo protocolo assinado recentemente, com Países do Magreb, na qualidade de interlocutores privilegiados, para a área do Património Documental;

- A 8 de Junho de 2010, em Lisboa, no decurso da visita do Primeiro-ministro de Cabo Verde, um protocolo de Cooperação entre o Ministério da Cultura de Portugal e o Ministério do Ensino Superior da Ciência e da Cultura de Cabo Verde, para digitalização de um conjunto de

documentos relativos a Cabo Verde, propriedade do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os quais passarão a integrar o futuro repositório digital do Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.

Com este protocolo reforça-se a cooperação já iniciada nesta matéria, relativa à permuta, em suporte digital, de documentação existente nos Arquivos Nacionais dos dois Países.

Maria de Lurdes Henriques

COORDENADORA DO GABINETE DE REL. EXTERNAS E COOPERAÇÃO

NOTÍCIAS

10.º Congresso BAD:

Em Torno das Políticas de Informação ■

DECORREU DE 7 A 9 DE ABRIL DE 2010, EM GUIMARÃES, o 10.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, organizado pela BAD, subordinado ao tema «Políticas de informação na sociedade em rede».

O Congresso, estruturado em 5 sub-temas, teve a participação de vários oradores estrangeiros, e nele foram apresentados mais de 70 comunicações e 30 pósteres, além de 7 painéis temáticos, em que se geraram importantes debates. O número de intervenções no domínio da Arquivística foi limitado. O evento constituiu ainda ocasião para o salão ExpoBAD, no qual esteve presente, com um stand, a Direcção-Geral de Arquivos.

Na área Arquivística, merece nota especial a apresentação de diversas comunicações sobre o papel das Secretarias-Gerais e dos arquivos distritais no contexto pós-PRACE, sobre as tecnologias aplicadas à difusão de informação, nomeadamente no âmbito do portal associado à Rede Portuguesa de Arquivos, sobre a gestão integrada da documentação nos arquivos municipais, bem como sobre a prática da avaliação da informação no país. Destaque ainda para os painéis coordenados por arquivistas, em que se procurou efectuar um primeiro balanço sobre a situação dos arquivos da Administração Central do Estado após a sua reestruturação, bem como debater o papel dos arquivos distritais na política

nacional de aquisições. Dos participantes estrangeiros, sublinhe-se as participações do canadiano Daniel Caron sobre a memória informacional pública como responsabilidade social colectiva, bem como a de José Maria Jardim sobre os mecanismos da «(não) construção da política nacional de arquivos» no Brasil.

Das conclusões do Congresso, destacamos duas que se encontram actualmente nas preocupações da DGARQ:

a) «A urgência da aprovação... de um quadro legislativo coerente que suporte a política nacional de informação», incluindo o caso dos arquivos;

b) «A necessidade de uma maior responsabilização da liderança dos organismos públicos na forma como gere a informação de que são produtores/detentores, de modo a garantir a sua correcta preservação, o tratamento e o acesso público».

Com o Congresso e as referidas conclusões, disponíveis em http://www.apbad.pt/10CongressoBAD/Downloads/Conclusoes_10congresso.pdf, ficou aberto o caminho para um debate, que importa aprofundar, em torno das políticas públicas de arquivo no país.

Pedro Penteadó

DIRECTOR DE SERVIÇOS DE ARQUIVÍSTICA
E APOIO TÉCNICO DGARQ

Memorando – Maria José Silva Leal ■

NA ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA durante o X congresso da BAD foi aprovada, por unanimidade e aclamação, a eleição de novos sócios honorários.

De entre eles, registamos o nome de Maria José Serpa Leote Gonçalves da Silva Leal, que serviu, durante mais de 40 anos, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A DGARQ e o ANTT associam-se a esta homenagem, lembrando o louvor que lhe foi concedido, publicado em DR. II Série, n.º 63 de 16 de Março de 1990 – *A dignidade, espírito de serviço e disponibilidade sempre presentes em todas as funções desempenhadas, quer como técnica superior de BAD quer no exercício do cargo de directora de serviços, a exemplar competência profissional, resultado de um permanente esforço de actualização, são factos que em muito contribuíram para a dignificação desta Instituição.* ♦



Participe no questionário sobre os Arquivos da Administração Central

Está em curso o Questionário sobre a situação dos arquivos da Administração Central do Estado, que decorrerá, para as Secretarias-Gerais, até 23 de Julho e para os restantes organismos, até 15 de Setembro. Para mais informações, consulte o sítio *web* da DGARQ.

Se estiver abrangido pelo Questionário, contacte a Secretária-Geral do seu Ministério ou a DGARQ, através do e-mail dsaata@dgargq.gov.pt.

PARTICIPE!

Fr. Bartolomeu dos Mártires: notas do arcebispo de Braga, há 450, no Concílio de Trento ■

ENTRE A DELEGAÇÃO PORTUGUESA ao Concílio de Trento (realizado entre 1545 e 1562, em três períodos – 1.º 1545-48; 2.º 1551-52; 3.º 1562-63), destacou-se D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga. Eleito para governar a diocese em 1558, participou seguidamente nas reuniões do terceiro período conciliar e destacou-se pela defesa intransigente da reforma eclesiástica (reclamando que ela começasse pelos prelados, cuja idoneidade devia ser comprovada e cuja dedicação devia ser assegurada pela obrigação da residência para o exercício efectivo da pastoral e propugnando por que fosse acompanhada pela formação nos seminários). Não foi pequena a atenção que mereceu pelo brilho da sua ciência teológica e pelo zelo com que defendia a santidade dos pastores, pela simpatia com que se relacionava e piedade que demonstrava ou pela forma eloquente como expunha as suas propostas, embora aquém fronteiras se tenha preferido exaltar como patriotismo o que nela era a sinceridade como buscava defender a história da sua sede bracarense frente às pretensões dos representantes toledanos.

Depois de estabelecer orientações na sua arquidiocese, parte ele para Trento com a antecedência de oito meses relativamente ao início dos trabalhos: em 49 jornadas, vence as 332 léguas que o separam, vai-se apercebendo do descabro em que a Cristandade continua mergulhada (apesar dos quase vinte anos que já dura o Concílio), observa o ambiente que se lhe depara à chegada mas não se deixa iludir pelo aparato com que é recebido; fica

convencido de que a crise que quase submerge a sua diocese não é caso único, pois a vê reflectida por toda a parte, e mais convencido fica de que a reforma eclesiástica se impõe com urgência. Foi o primeiro bispo de fora de Itália a chegar a Trento: era em Maio de 1561, e, na sua correspondência de Novembro, dá conta das desilusões que o acompanham, pois «está o mundo de maneira, cá, que convinha andarmos todos descalços e com cilícios».

Nos oito meses de espera pela 3.ª Sessão do Concílio, não perdeu tempo D. Bartolomeu e procurou preparar-se para os debates, formulando questões e preparando propostas de reforma: redige obras que lhe sirvam de base histórica (*Summa Conciliorum omnium / Súmula Geral dos Concílios*) ou ajudem a reforma pastoral que considera urgente (*Stimulus Pastorum / Estímulo dos Pastores*), ao mesmo tempo que escreve comentários aos livros bíblicos (*Comentário a Jeremias; Anotações aos Salmos*), com o objectivo de renovar mentalidades. Toma apontamentos e medita nas posições a tomar. Contestando, desde a primeira hora os que pretendiam apressar o encerramento do Concílio, sem atenderem a mudanças, o arcebispo de Braga pensa numa prorrogação verdadeiramente reformadora e declara: «Declaro-me pela prorrogação da próxima sessão, contanto que seja para tratar de uma reforma e não para nos ocuparmos com os dogmas, pois a Igreja e o mundo todo estão muito mais necessitados daquela que destes». O debate criou clivagens entre os padres conciliares, na primavera de 1562, sendo um dos

protagonistas o arcebispo de Braga que não esmorecia em zelo e apelava para o direito divino que opunha às tradições romanas.

Teve ele o cuidado de coligir as suas intervenções ou apontamentos para elas; num códice, que assinou, anota (como termo) no fl. 1: *Hec sunt que ego Fr. Bartholomeus archiepiscopus Bracharensis colegi in concilio Tridentino (cui interfui \sub Pio V/ circa materias et articulos seu decreta que discutienda proponebantur Patribus; ponuntur autem hic res quarumdam erant sub lima neque ultima manus apposita erat, nam digesta et conclusa in sessionibus continentur. Arcebispo primas*. Em tradução: «Estas são as peças que eu, Fr. Bartolomeu, arcebispo de Braga, coligi no Concílio de Trento (ao tempo de Pio V), respeitantes a matérias e artigos ou decretos que foram sendo propostos para discussão aos Padres Conciliares; colocam-se, no entanto, aqui coisas das quais algumas estavam ainda em revisão, sem terem recebido a última demão; pois as que foram discutidas e votadas encontram-se nas Sessões. *Arcebispo Primaz*». Escrevia em cadernos soltos, pois em nota inicial do fl. 2, regista: «Hoc est primum quinternum eorum ubi coligere proposui que nobis exhibita fuerunt ad discutiendum». Começa: «Capitula 12 reformationis proposita consideranda Patribus 11 die Martii anno 1562 in concilio Tridentino, et hec fuerunt prima que proposita fuerunt, nam in primis duabus sessionibus in 18 Januarii et 26 Februarii non fuerunt facta decreta». No fl. 4, temos a primeira intervenção pública: «Responso Bracharensis archiepiscopis-



copi in publica congregatione concilii Tridentini anno 1562, 8 Aprilis ad predicta 12 quesita». Volta a intervir com «Responsio Fr. Bartholomei archiepiscopi Bracharensis in Congregatione habita 20 Aprilis 1562 ad alia consequenter quesita» (fl. 9).

Temos assim, ao menos, em intenção, uma agenda do arcebispo no Concílio. Notamos, todavia, que a escrita não é uniforme, pelo que se há-de distinguir o que o arcebispo redigiu por seu próprio punho e o que outros (seus secretários) registaram em seu nome. A superfície do fólio é dividida em duas partes, sendo a da charneira (lado de fora) deixada para aparato de autoridades ou para comentários e propostas alternativas; alguns dos fólhos foram tracejados para anular um primeiro assento. Tudo isto é merecedor de análise. Não faltam observações sobre o andamento dos trabalhos; assim, fl, 103: «Reformatum fuit hoc decretum per deputatos 6 et duos cardinales de Lotharingia et Madrucium, patriarcham de Aquilea, 5 archiepiscopos (quorum unus ego fui) et alios episcopos, 24 Ianuarii 1563, in domo cardinalis Lotharingii».

Quanto à história do códice, sabe-se que ele se encontrava no Convento do Pópulo, em Braga, em 1726, quando se procedeu a recolha sistemática dos escritos de Fr. Bartolomeu dos Mártires para se

iniciar o seu processo da canonização; no entanto, este manuscrito não seguiu para Roma e apenas alguns dos seus apontamentos mereceram a atenção de eruditos, que deles extraíram versões retocadas relativamente ao original (como acontece em manuscrito que ficou em Paris, possivelmente devido a quem procedeu à publicação das suas obras).

Por avatares da história portuguesa (expulsão das Ordens Religiosas e dispersão das suas bibliotecas), o espólio bibliográfico do grande arcebispo dispersou-se. O códice em que se haviam reunido os cadernos com as intervenções e apontamentos redigidos durante o Concílio de Trento esteve na biblioteca do convento do Pópulo, em Braga, pelo menos até 1726, mas esteve em risco de se perder por ter passado para mão de particulares. Foi salvo pela família de Manuel Braga da Cruz, o qual em 1974, o deu a conhecer a Fr. Raul Rolo, O. P.; este, por sua vez, na sua qualidade de Postulador da Causa de Beatificação de Fr. Bartolomeu dos Mártires, solicitou autorização aos herdeiros de M. Braga da Cruz para dele fazer publicar, por ocasião do IV centenário da morte de Fr. Bartolomeu, intervenções conciliares ou notas tomadas em perspectiva das discussões ([Fr. Bartolomeu dos Mártires, *Documenta Bartholomaeana Tridentina* –

Intervenções conciliares, Leitura e tradução de Aires A. Nascimento e Arnaldo do Espírito Santo, com introdução de Fr. Raul Rolo, O. P., Braga, Biblioteca Verdade e Vida, 1990: infelizmente, por falta de acesso às provas tipográficas, por parte dos autores, houve deficiências de que eles não podem ser responsabilizados – como se pode deduzir da comparação entre texto latino e correspondente tradução portuguesa). No elenco publicado encontram-se:

- 1) *Petitiones / Petições* – que representam as posições preparadas pelo arcebispo bracarense;
- 2) *Apontamentos que deu o Vigário de Valença* – que bem podem ser vistos como exemplificativos da preparação feita pelo prelado que ouviu os seus colaboradores com vista à assembleia ecuménica;
- 3) *Collecta in Concilio* – apontamentos tomados sobre matérias e artigos ou decretos propostos à discussão dos Padres Conciliares, bem como as respostas que deu em várias sessões: 8 de Abril, 20 de Abril, 6 de Julho, 6 de Agosto, 10 e 11 de Dezembro de 1562 e, mais tarde, em 16 de Maio de 1563. O códice foi finalmente proposto à aquisição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo que assim o incorporou nas suas coleções.

Aires A. Nascimento

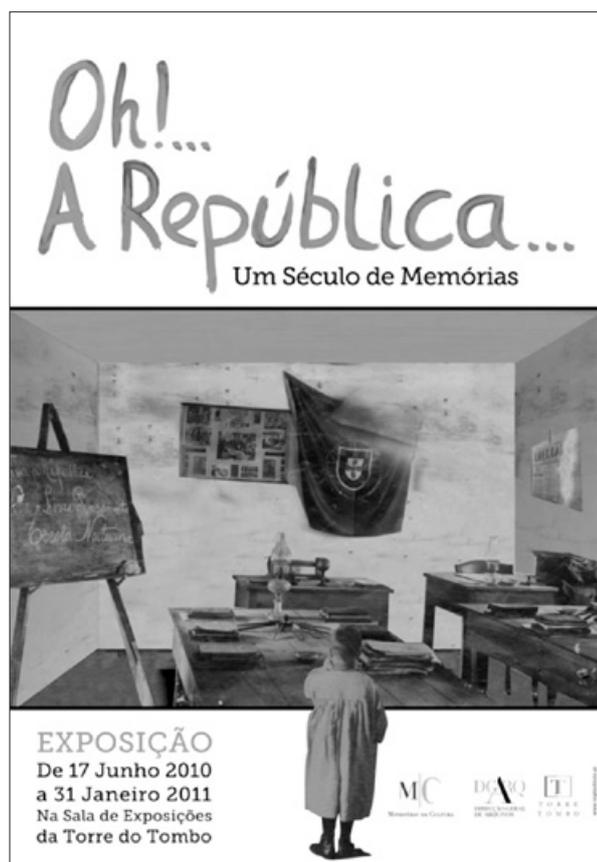
AGENDA

Exposições



Oh!...A República... Um Século de Memórias

É O CONTRIBUTO DO ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO para as Comemorações do Centenário da República.



Integra 3 núcleos distintos, mas complementares, a saber:

1. Um dia, dois fotógrafos: o 5 de Outubro visto por Joshua Benoliel e Aurélio Paz dos Reis.
2. O impacto da República nos Arquivos: novo enquadramento legal e políticas de descentralização – os novos Arquivos.
3. Comemorar as comemorações: a celebração das datas simbólicas da República ao longo do século. ♦



Colecção de Câmaras Fotográficas do CPF

NÚCLEO MUSEOLÓGICO PERMANENTE

UMA EXTENSÍSSIMA COLECÇÃO de câmaras e outro material fotográfico que permite construir, no edifício da Cadeia da Relação, um dos mais importantes núcleos museológicos da Europa para o sector e realizar um percurso pedagógico e estético de valor incalculável. ♦

**Centro Português de Fotografia/
/Direcção-Geral de Arquivos**

Edifício da Cadeia da Relação do Porto
Campo Mártires da Pátria · 4050-368 Porto
Portugal · Tel. +351 222 076 310
Fax. +351 222 076 311 · email@cpf.pt
www.cpf.pt · Horário: 2.ª a 6.ª das 10h00 às 18h00 · Sábados, Domingos e Feriados das 10h00 às 19h00 (horário em vigor até 5 de Outubro) – Entrada Livre

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa Tel.: 217 811 500 – Fax 217 937 230 · grec@dgarq.gov.pt
www.dgarq.gov.pt · Horário da exposição: 2.ª a 6.ª das 10h00 às 19h30 · Sábados das 9h30 às 12h30
De 15 de julho a 15 de Setembro: 2.ª a 6.ª das 10h00 às 17h30. Encerra ao sábado (horário de verão)
Entrada livre